

Brasília, 22 de outubro de 2026.

**SERVIDOR PÚBLICO, FIQUE ATENTO! O PROJETO DE FLÁVIO BOLSONARO
AMEAÇA O ESTADO E OS SEUS DIREITOS**

Estabilidade, aposentadoria, paridade e carreira pública estão em jogo. Não podemos permitir retrocessos!

As propostas de Flávio Bolsonaro para o Estado brasileiro acendem um alerta para todos os servidores públicos, da ativa, aposentados e pensionistas. Por trás do discurso de redução de gastos e de modernização administrativa, está a defesa de um Estado menor, submetido à lógica do ajuste fiscal e cada vez menos comprometido com a valorização de quem trabalha e com os direitos da população.

A estabilidade não é privilégio: é proteção contra perseguições políticas! Ela garante que o servidor possa exercer suas funções com autonomia, denunciar irregularidades e atender à sociedade sem ficar sujeito às vontades de governantes de ocasião. Enfraquecer essa proteção significa abrir espaço para pressões, apadrinhamentos e interferências políticas na administração pública.

Flávio Bolsonaro defende a continuidade da reforma administrativa, mas não esclarece quais mudanças pretende implementar. Não podemos ignorar que, no governo de Jair Bolsonaro, foi apresentada a PEC 32/2020, que previa alterações nos vínculos de trabalho, na estabilidade e nas carreiras do serviço público. A possibilidade de retomada dessa agenda exige atenção e mobilização.

E a Previdência? Os servidores já sofreram com a reforma de 2019, que alterou regras de aposentadoria e pensão, elevou exigências e atingiu o planejamento de milhares de trabalhadores. Flávio Bolsonaro votou favoravelmente ao texto principal da reforma da Previdência no Senado. Diante desse histórico, é legítimo cobrar compromissos claros: haverá novas mudanças? Os direitos previdenciários serão preservados? Como serão tratados aposentados e pensionistas?

Também precisamos falar de paridade e integralidade, direitos que não alcançam indistintamente todos os servidores, pois dependem das regras aplicáveis a cada caso. Para quem possui esses direitos, sua preservação é fundamental. Aposentados e pensionistas não podem ser tratados como despesas descartáveis, depois de dedicarem décadas de suas vidas à construção das instituições públicas.

O chamado “tesouração”, anunciado por Flávio Bolsonaro, e a promessa de cortar ministérios e despesas administrativas levantam outra questão essencial: como garantir serviços públicos de

qualidade com uma política orientada prioritariamente por cortes? A população precisa de mais saúde, educação, universidades, ciência, assistência e atendimento público — não de um Estado enfraquecido e de trabalhadores submetidos à insegurança permanente.

Não se trata de defender privilégios ou impedir melhorias na gestão. Trata-se de rejeitar reformas que, sob o pretexto de eficiência, possam retirar direitos, precarizar vínculos, desvalorizar carreiras e dificultar o acesso da população aos serviços públicos.

Servidoras e servidores, ativos, aposentados e pensionistas: é hora de olhar para o projeto de país que está em disputa!

Precisamos defender a estabilidade, a previdência pública, a paridade, a valorização salarial, os concursos públicos, as carreiras e a negociação coletiva. Precisamos de um Estado democrático, com servidores valorizados e serviços públicos fortes, capazes de atender a toda a população.

Direitos não são privilégios. Serviço público não é gasto descartável. Servidor valorizado é garantia de democracia e cidadania!

Não podemos permitir que os retrocessos avancem. A defesa dos nossos direitos exige informação, organização, mobilização e compromisso com um projeto de país que valorize quem trabalha e fortaleça os serviços públicos.

Por tudo isto, a direção da FASUBRA orienta firmemente o voto na reeleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

FASUBRA APOIA ESTUDANTES DA UnB EM DEFESA DA DEMOCRACIA

A FASUBRA Sindical apoia o ato realizado por mais de 3 mil estudantes da Universidade de Brasília (UnB), na noite de 21 de outubro, em defesa da reeleição do presidente Lula e contra os riscos de retrocessos democráticos e do desmonte das políticas públicas representados pela possível eleição de Flávio Bolsonaro.

A mobilização reafirma o protagonismo estudantil na defesa da educação pública, dos direitos sociais e da democracia. A unidade entre estudantes e trabalhadores é fundamental para proteger as conquistas sociais e construir um país mais justo e democrático.

MOÇÃO DE REPÚDIO

À violência e às tentativas de intimidação na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)
A FASUBRA Sindical manifesta seu veemente repúdio aos atos de violência, intimidação e

desrespeito ocorridos na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), envolvendo pessoas identificadas em relatos públicos como apoiadoras de Flávio Bolsonaro.

O episódio, registrado em 8 de outubro de 2026, teve início com a retirada de cartazes e adesivos relacionados a uma mobilização política de estudantes. A situação evoluiu para um conflito, com relatos de empurrões e denúncia de injúria racial contra estudantes. Os fatos exigem apuração rigorosa pelas autoridades competentes.

A universidade pública é um espaço de produção do conhecimento, formação cidadã, pluralidade de ideias e convivência democrática. Divergências políticas fazem parte da democracia, mas não podem servir de justificativa para agressões, ameaças, discriminação racial ou tentativas de silenciar manifestações por meio da intimidação.

A liberdade de expressão e de manifestação política é um direito constitucional. Nenhum grupo ou corrente política pode reivindicar para si o direito de constranger, agredir ou impedir que estudantes, docentes e técnico-administrativos expressem suas opiniões e participem do debate público.

A FASUBRA Sindical reafirma que a defesa da universidade pública passa necessariamente pelo respeito à autonomia universitária, à integridade física e moral de sua comunidade e à livre manifestação do pensamento. O ambiente acadêmico deve ser preservado como espaço de diálogo, respeito às diferenças e construção coletiva do conhecimento.

Diante da gravidade dos acontecimentos, exigimos a apuração integral dos fatos, a responsabilização dos envolvidos, quando comprovadas as infrações, e a adoção de medidas que garantam a segurança e a liberdade de expressão da comunidade universitária. Também manifestamos nossa solidariedade às pessoas que foram vítimas de agressões ou discriminação.

A violência política e o racismo são incompatíveis com a democracia. Nenhuma divergência ideológica autoriza a violação de direitos.

Universidade pública é espaço de liberdade, diversidade e democracia. Violência e intimidação não podem ser toleradas!

CALENDÁRIO	
OUTUBRO	
20 e 21	Reunião presencial – GT MEC – Reposicionamento dos aposentados e novas adesões ao PCCTAE
NOVEMBRO	
9	Reunião com a Diretoria Executiva do HU Brasil
16 a 20	XIII Fórum Nacional da CIS – Rio de Janeiro
30 a 04 /12	XXXII Seminário Nacional de Segurança das IPE e EBTT